

AO

SENADO FEDERAL

Coordenação de Licitação

Sra. Pregoeiro

N E S T A

REF: Pregão Eletrônico SRP nº 098/2023 - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO TEMPESTIVO - REEXAME - AMPARO LEGAL.

Prezado Senhor,

A LUMICOM COMERCIAL EIRELI, empresa privada, inscrita no C.N.P.J./M.F. nº 13.649.368/0001-27, com sede social localizada na Rua Anequira , nº 190, Cordovil, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21.215-440 e escritório comercial na Av. das Américas nº 700, bloco 08, loja 302G, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), neste ato, representada pelo seu bastante procurador **Sr. Luís Mauro Santos da Silva**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 667587-5 SSP AM, vem à presença de Vossa Senhoria como faculta a Lei Geral da Administração Pública (Lei 9.784 de 29 de Janeiro de 1999) no art. 56 que diz: *Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito* e do Edital (Pregão 098/2023) no item 12 que diz: *“Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer”*, apresentar **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO TEMPESTIVO** contra Vossa decisão que desabilitou a Recorrente de sagrar-se vencedora no Grupo 01 do referido pregão, para tanto, apresenta as devidas alegações com fundamento para reexame da decisão e questionamentos a seguir:

I- O FATO E MOTIVO DO RECURSO

Transcrição do texto enviado pelo pregoeiro que justifica nossa desabilitação.

“Após diligências com o fabricante recebeu-se a informação de que outro produto seria ofertado atendendo, assim, ao quesito 1 (especificação de potência - 50 kW), porém,

alterando-se o formato do produto para o tipo PATCH, não se atende ao quesito 2 (ALAVANCA)”.

“Dessa forma, com fundamento na manifestação técnica emitida pela SECOM, e considerando que a proposta ofertada pela empresa LUMICOM para o item 7, mesmo após diligência, não atende às especificações do edital, uma vez que o produto ofertado é do tipo "PATCH", e, não, "ALAVANCA", será mantida a desclassificação da proposta da empresa para o Grupo 1.”

Ora, é deveras importante salientar que o produto ofertado pela empresa LUMICOM, como exposto pela própria decisão da SECOM, está de acordo com as especificações técnicas, ou seja, hábil para julgamento, estando ainda ofertando melhor preço e um produto de qualificações técnicas superiores ao solicitado.

Como dito em sede de esclarecimentos anteriores, é prática comum das fabricantes deste meio, produzirem sob encomenda, para atender as especificidades de cada situação. Apesar disto, fomos surpreendidos pela fabricante ao questiona-los acerca do sistema de comutação, onde estes não produzem mais este modelo de sistema.

Levando em consideração a reputação ilibada da empresa, e os serviços prestados ao Senado no fatídico período de pandemia da COVID-19, a Recorrente, traz a apresentação de outra marca que oferta o Sistema de comutação manual.

A LUMICOM, garante a manutenção das mesmas condições ofertadas em proposta comercial, visando manter as mesmas condições e não alterando a substancia da proposta.

II- DO DIREITO

A Constituição Federal é clara em seu artigo 37, inciso XXI, que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

As exigências técnicas em licitações devem guardar estrita pertinência com o objeto da contratação, motivo pelo qual o edital só pode consignar requisitos e condições que sejam necessárias ao atendimento do interesse público visado.

Logo, o que deve prevalecer nessas situações é o interesse público, tendo em vista que o próprio legislador deixa facultado à comissão de licitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.¹

O artigo 5º da Lei 14.133 de 2021, traz consigo os princípios que regem as contratações públicas, estando entre eles os princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público, da eficácia, da vinculação ao edital, da razoabilidade, da competitividade, da celeridade, e da economicidade.

Ora, levando em consideração a apresentação de um produto de qualidade superior, que atende as características técnicas solicitadas, e se mantém conforme o ofertado na proposta comercial, deve ser apreciada a análise do caso e o interesse público envolvido.

Em casos específicos, levando em consideração a análise concreta do caso, não pode, o princípio da vinculação ao edital, afastar os princípios da economicidade e da eficiência, sendo assim, a norma editalícia pode ser relativizada, desde que não venha a ferir o princípio da isonomia do certame e nem prejudique o poder público, o que não se verifica nesse caso.

A Recorrente apresentou seu melhor preço para o equipamento com uma potência superior ao mínimo exigido, e mantém ao apresentar nova marca e novo catalogo. O equipamento ofertado não traz alteração na essência do produto e não existe falta de harmonia da proposta com o edital, especialmente considerando o modelo padrão indicado no Termo de Referência.

Nessa temática, Marçal Justen Filho, nos ensina que:

“Obviamente, a oferta de vantagens ou benefícios não previstos ou superiores aos determinados no ato convocatório não

¹ Lei 14.133 de 1 de Abril de 2021, artigo 64, §1º

prejudica o licitante. Se o benefício não for de ordem a alterar o gênero do produto ou do serviço, nenhum efeito dele se extrairá. Porém, se a vantagem configurar, na verdade, outra espécie de bem ou serviço, deverá ocorrer a desclassificação da proposta – não pela ‘vantagem’ oferecida, mas por desconformidade com o objeto licitado”².

O Superior Tribunal de Justiça, sob essa temática decidiu que:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO. ATENDIMENTO ÀS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR À MÍNIMA EXIGIDA. 1. Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço. 2 Recurso ordinário não-provido (STJ MS 15817 RS 2003/0001511- 4, 2a T., rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 03.10.2005 p. 156).

Também, o Tribunal de Contas da União, em caso similar decidiu que:

“É admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do obtido revelar-se vantajoso para a administração. Representação formulada por empresa noticiou supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 21/2011, conduzido pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro – COMRJ, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de macacão operativo de combate para a recomposição do estoque do Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro. A unidade técnica propôs a anulação do certame fundamentalmente em razão de a proposta vencedora ter cotado uniformes com gramatura superior à da faixa de variação especificada no edital (edital: 175 a 190 g/m²; tecido ofertado na proposta vencedora: 203 g/m²), o que deveria ter ensejado sua desclassificação. O relator, contudo, observou que o tecido ofertado “é mais ‘grosso’ ou mais resistente que o previsto no edital” e que o COMRJ havia reconhecido que o produto ofertado é de qualidade superior à prevista no edital. A esse respeito, anotou que a Marinha do Brasil está habilitada a “emitir opinião técnica sobre a qualidade do tecido”. Levou em conta, ainda, a manifestação do Departamento Técnico da

² JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14o Ed, São Paulo: Dialética, 2010.

Diretoria de Abastecimento da Marinha, no sentido de que o produto atenderia “à finalidade a qual se destina, tanto no que se refere ao desempenho, quanto à durabilidade”. Noticiou ainda que a norma técnica que trata desse quesito foi posteriormente alterada para admitir a gramatura 203 g/m² para os tecidos desses uniformes. **Concluiu, então, não ter havido afronta ao interesse público nem aos princípios licitatórios, visto que o procedimento adotado pela administração ensejará a aquisição de produto de qualidade superior ao desejado pela administração contratante, por preço significativamente inferior ao contido na proposta da segunda classificada.** Ressaltou também a satisfatória competitividade do certame, do qual participaram 17 empresas. E arrematou: “considero improvável que a repetição do certame com a ínfima modificação do edital (...) possa trazer mais concorrentes e gerar um resultado mais vantajoso ...”. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu julgar parcialmente procedente a representação, “em face da verificação de apenas de falhas formais na condução do Pregão Eletrônico 21/2011, que não justificam a sua anulação”. Acórdão 394/2013-Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013

Ainda deve ser levada em consideração, a diferença do valor ofertado entre a recorrente e a segunda colocada no certame, tendo em vista o critério de julgamento ser menor preço. Dessa forma, além da Recorrente ofertar produto de qualidade superior ao solicitado, entregou proposta com valores menores que as concorrentes.

Levando em consideração o anteposto na Lei 14.133 de 2021, em seu artigo 34, caput e §1º, deve o Administrador observar além do preço ofertado, tendo que o produto pago pelo Ente Público ser vantajoso. É o que se extrai do dito por Alexandre Mattos de Freitas:

“Com clara inspiração no RDC, nota-se que o novel diploma busca positivar uma antiga preocupação do bom administrador: a necessidade de uma análise de vantajosidade que vá além do custo imediato associado ao preço pago.

Assim, além do criterioso cotejo entre os requisitos técnicos estabelecidos em edital e o objeto ofertado (análise de qualidade), deve ser considerado o menor dispêndio. Ou seja, conforme estabelece na 59 sequência o § 1º do artigo em discussão, no critério preço, devem ser considerados todos os custos da decisão de aquisição de determinado objeto, por exemplo: manutenção e ciclo de vida do produto.”³

³ FREITAS, Alexandre Mattos de; PRADO, Felipe Orsetti; ALEXANDRE, Pedro Leonardo Tonaco; CARMONA, Miguel Frederico Félix. Nova lei de licitações e contratos administrativos: comentários a Lei nº 14.133/2021. Brasília: Ed. dos Autores, 2021. 182 p. E-book. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/588204>. Acesso em: 20 maio 2021. P 58-59.

Portanto, não há de se falar em qualquer ilegalidade na aceitação de produto de marca diferente da apresentada na proposta, tendo em vista às características iguais ou superiores ao do item inicial, não apresentando qualquer prejuízo a competitividade do certame, observando, assim, os princípios da economicidade, da eficiência, e do interesse público, não excluindo os demais.

III- DOS PEDIDOS

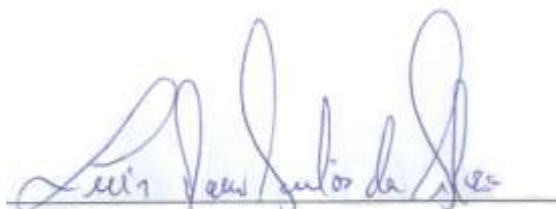
Diante do Exposto, Requer:

1. Que seja examinado nosso recurso, dentro da tempestividade que lhe cabe.
2. A análise do catálogo em anexo, nos termos do edital
3. Pós análise, valendo-se do princípio da isonomia e ampla concorrência, requeremos a habilitação da empresa.
4. Que caso o Pregoeiro entenda que deva negar o nosso Recurso, desde já, solicitamos que a documentação e caso seja encaminhada a autoridade eminentemente superior para dar seu parecer e de forma independente julgar o mérito.

Sendo assim, nestes termos

Requer Deferimento,

Rio de Janeiro (RJ), 04 de dezembro de 2023.



LUMICOM COMERCIAL EIRELI

CNPJ 13.649.368/0001-27

Luís Mauro Santos da Silva

CPF 240.248.302-44

ANEXO I - CATÁLOGO



Características

A chave coaxial motorizada com 4 portas para aplicação em sistemas de alta potência, possibilita a comutação de transmissores de forma automática ou manual. Comutação realizada através de painel de comando com tela "touch screen".

Potência de operação conforme tabela.

São construídas com materiais de alta condutividade elétrica, proporcionando excelente desempenho com baixas perdas para as mais exigentes aplicações.

Características construtivas

Material Empregado:

Bloco da cavidade em alumínio.
Contato internos móveis em latão/cobre berílio banhados em prata.
Isoladores internos em PTFE.
Parafusos de fixação em aço inox.

Especificações			
Modelo	CHD4-78	CHD4-158	CHD4-318
Faixa de Frequencia	Dc-800	Dc-800	Dc-800
Portas	4	4	4
VSWR Max	1.06:1	1.06:1	1.06:1
Impedância nominal	50 Ohms	50 Ohms	50 Ohms
Isolação entre portas	> 50dB	> 50dB	> 50dB
Perda por inserção	< 0.1dB	< 0.1dB	< 0.1dB
Padrão de flange	EIA 7/8"	EIA 1-5/8"	EIA 3-1/8"
Tempo de comutação	1 segundo	1 segundo	1 segundo
Tensão de alimentação	100 - 240VAC	100 - 240VAC	100 - 240VAC
Relés de proteção	10A 250VAC	10A 250VAC	10A 250 VAC
Chaves fim de curso	15A 250 VAC	15A 250 VAC	15A 250VAC
Peso (Kg)	2,8	8	15,5

Especificações de potência média			
Faixa de Frequencia	CHD4-78	CHD4-158	CHD4-318
DC-108MHz	6kW	12kW	40kW
213MHz	4,5kW	10kW	28kW
470MHz	3kW	7kW	15kW
750MHz	2,5kW	5kW	12kW

Modelos:

CHD4-78 CHD4-158 CHD4-318

